

editorial
editorial

entrevista
interview

artigos submetidos
submitted papers

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!16

issn 2175-974x | ano 2018 year

semestre 01 semester



PT | EN

Maria Carolina Mazivieiro é Arquiteta, Doutora em História da Arquitetura e Urbanismo, e professora da Universidade São Judas Tadeu. Estuda relações entre tecnologia e território, pesquisando a ampliação do entendimento sobre a cidade nas últimas décadas.

Como citar esse texto: Como citar este texto: MAZIVIEIRO, M. C. Memória, práticas sociais e identidade no contexto urbano. VIRUS, São Carlos, n. 16, 2018. [online] Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus16/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acesso em: 16 Jul. 2018.

Resumo

Este artigo aborda a construção da memória como um dos elementos fundamentais da condição humana. Falar de memória é falar do presente humano, pois ela é a responsável pela capacidade de se situar no tempo e de pertencer a um espaço e, assim, a memória associa-se às formulações de identidades, individuais ou coletivas. A memória se refere ao passado, mas é constantemente reformulada pelos indivíduos no presente de acordo com os subsídios de que dispõem. É, portanto, trabalho, na medida em que necessita dessa reconstrução constante do passado a partir dos referenciais do presente (BOSI, 1994). Assim, este artigo tem como objetivos centrais: I) entender como os suportes físicos se tornam referências fundamentais para as práticas sociais e para a afirmação de identidades, e II) discutir a preservação enquanto instrumento de poder, a partir da compreensão das condições de produção e permanência dos suportes físicos. Para tanto, buscou-se recuperar e analisar criticamente a literatura basilar sobre o tema da construção da memória relacionada aos tipos construídos. Como resultado, procurou-se corroborar para o reposicionamento dos valores de pertencimento e cidadania que envolve o próprio conceito de patrimônio, agregando ao estudo das permanências, a compreensão das lutas simbólicas que as envolvem.

Palavras-chave: Identidade urbana, Tipologia construída, Memória e poder

1 Memória e identidade

Viver na cidade significa estar em contato cotidiano com o diferente, mesmo que o outro esteja cristalizado em estruturas físicas inanimadas. Através da sua disposição no espaço, do modo como estão ordenadas ou da sua configuração, tais estruturas nos remetem a hábitos e costumes de alguns grupos aos quais podemos ou não estar vinculados. É dessa relação com a alteridade pelo contato direto ou mediado que afirmamos diariamente nossa individualidade.

Ainda que as imagens a respeito de práticas sociais sejam construídas individualmente e os referenciais sejam criados a partir de lembranças também individuais, necessitamos recorrer a pontos de referência fora de nós para evocá-las (HALBWACHS, 2006). Segundo o autor, a participação do grupo social e da memória coletiva na reconstrução de lembranças é imprescindível, o que faz da memória um fenômeno social.¹

O indivíduo, no entanto, não deixa de ser determinante para o pensamento social. Cada pessoa tem um fluxo de impressões inteiramente pessoais dos fatos sociais, ou seja, cada memória individual tem um ponto de vista da memória coletiva e essa subjetividade é relacionada ao lugar social ocupado pelo indivíduo, que também varia em função das relações tecidas em outros meios.

Nessas relações, os objetos participam como uma espécie de sociedade silenciosa garantindo a formação de um quadro de referências que se adaptam às nossas percepções do presente e apoiam nossa permanência na cidade. Esses objetos, em si, contêm apenas características materiais, os valores e os papéis que assumem nas relações sociais são atribuições humanas e

não uma propriedade intrínseca às coisas. É certo que os traços materiais dos objetos, como a matéria prima de que são constituídos, as técnicas de sua produção, sua forma, usos e sinais que indiquem suas condições operacionais, formam um conjunto de dados que permitem conclusões acerca da organização socioeconômica dos indivíduos envolvidos na existência desses objetos. No entanto, o sentido das coisas deve ser buscado fora deles, mesmo que sua materialidade permita tais raciocínios (MENESES, 1998). E, se tal produção e consumo de sentido são processos mediados por humanos, logo são historicamente marcados.

Dessa forma, a memória, como atributo que situa os seres humanos no tempo conferindo-lhes a percepção de sua finitude, necessita dessas estruturas materiais que estão estreitamente ligadas à manutenção da nossa capacidade de lembrar para a formação e manutenção de identidades.

A identidade pode ser definida como aquilo que diferencia um indivíduo social dos outros, aquilo que garante peculiaridade às biografias e, ainda, uma compreensão global pelo indivíduo do lugar que ocupa na sociedade. Esse processo de afirmação de si acontece diariamente, no mesmo momento em que entramos em contato com o outro e confrontamos estruturas psíquicas, ideológicas ou estéticas à memória daquilo que afirmamos ser.

A perda da memória estaria, portanto, associada à perda da identidade. Este fenômeno aparece como uma das grandes ameaças do mundo moderno: o trabalho passa a ser constituído por atos mecânicos e repetitivos para os quais o aprendizado da vida perde o sentido. O surgimento da escrita e o fim da tradição oral, o imediatismo do presente, a individualização, entre outros fatores apontam para a perda da transmissão de valores e conhecimentos entre gerações (BOSI, 1994; SANTOS, 2003).

Dentro da perspectiva de que a memória seria constituída a partir de vínculos sociais, Hannah Arendt (1992) afirma que indivíduos modernos vivem uma "felicidade limitada" na medida em que perdem não só a memória como a capacidade de reflexão sobre essa perda. Uma vez que os próprios indivíduos são constituídos por desejos, anseios e comportamentos que não estão encerrados em si mesmos, mas em práticas coletivas, a apreensão de um estado de felicidade plena se torna inalcançável sem a referência da memória; "somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo" (ARENDE, 1992, p. 31). Não obstante, a autora desconsidera o papel fundamental dos suportes físicos na reflexão sobre a memória, na medida em que atribui sua elaboração fundamentalmente às relações sociais entre humanos.

Essa vinculação fundamental entre memória e identidade, onde a memória aparece como elemento-chave para a condição humana é temática explorada na ficção, como nos filmes "O Caçador de Androides" (Blade Runner), "Amnésia" (Memento) e em tantos outros.

O primeiro², dirigido por Ridley Scott, se passa no ano de 2019 e narra a luta de androides (criaturas geradas para servirem como soldados) para sobreviver além dos quatro anos programados de vida adulta. Os androides, chamados de "replicantes", não tem memória, mas lutam para constituir a sua própria identidade. Nesse sentido, a história da replicante Rachel é significativa, pois sua identidade é construída a partir de implantes de fragmentos de memória humana (da sobrinha de Tyrell, criador dos replicantes) associados a objetos que remetessem a uma história familiar no passado, como fotografias espalhadas pela casa, por exemplo. As lembranças são usadas como provas para encobrir sua condição de androide, ou seja, para entender-se como humana é necessário que elabore no presente um passado, mesmo que falso. É por isso que Rachel se agarra tanto às provas de seu passado.

Em "Amnésia"³, o protagonista Leonard perde a capacidade de converter memória de curto prazo em memória de longo prazo depois de sofrer um ferimento na cabeça quando tentava salvar sua esposa de um ataque. Após esse evento, Leonard é incapaz de se lembrar de fatos, de pessoas que encontra ou de suas ações no presente, ou seja, suas experiências recentes não constituem uma memória duradoura e desaparecem. Apesar de suas lembranças de antes do acidente não terem sido apagadas, a identidade do personagem no presente não é estável porque uma parte de sua história não foi registrada. Leonard não sabe há quanto tempo o acidente aconteceu, não se reconhece no presente e torna-se brinquedo dos interesses de outros personagens da trama. Para encontrar o assassino de sua esposa, Leonard fotografa, faz anotações em papel e tatua no próprio corpo pistas que acha importante. A falta de arquivamento de lembranças de um período da história desarticula a compreensão do tempo, desestabiliza a identidade e incapacita a ação consciente no presente, além de impedir projeções de futuro.

Segundo Le Goff (2003), foi justamente o caráter instável da memória que levou o surrealismo a questioná-la como produto da imaginação, frágil e enganadora, merecendo atenção especial de André Breton no Manifeste du Surréalisme, de 1924. Halbwachs (2006) se aproxima desse questionamento ao afirmar que a lembrança é uma imagem construída através dos materiais disponíveis no presente e a partir de nossa percepção atual – que varia com o tempo. Ao passado lembrado no presente estão associados pontos de vista, o que torna a memória relativa ao lugar temporal e espacial ocupado pelo indivíduo, ou seja, o "trabalho"⁴ da memória é feito a partir de fragmentos de passado intercalados por fragmentos de presente.

Em decorrência desse processo de reelaboração do passado na contemporaneidade, no momento em que um objeto antigo (ou uma construção antiga) é deslocado da sua função original para integrar acervo de museus, decoração ou ao tornar-se monumento, podem lhe ser atribuídos valores diversos daquele de uso, na sua origem. As características para exercer a função original permanecem no objeto ou na construção antiga. No entanto, ao ser transformado em monumento, seu valor de uso passa a ser apenas cognitivo, isto é, a função original passa a ser acessada apenas através da memória e o espaço funciona como uma espécie de arrimo para a memória. Objetos ou construções têm a propriedade de evocar lembranças que, no presente, contribuem para a construção da identidade nos indivíduos.

2 Memória e Espaço: tipologia e identidade urbana

Nesse trecho de Tristes Trópicos, podemos notar não só a influência do ambiente na afirmação da identidade, como também a

Desorientados em relação aos pontos cardeais, privados do plano que fornece um argumento ao seu saber, os indígenas perdem rapidamente o senso das tradições, como se seus sistemas social e religioso (veremos que são indissociáveis) fossem complicados demais para dispensar o esquema que o plano da aldeia tornava patente e cujos contornos os seus gestos cotidianos refrescavam perpetuamente (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 231).

necessidade constante do trabalho da memória em conjunto com o lugar para possibilitar tal afirmação. O conjunto de objetos que nos rodeiam, assim como o ambiente em que estão inseridos, funciona como elemento ativador desse processo no qual memória e identidade são reconstruídas e reafirmadas cotidianamente.

Há aqueles objetos que se destacam dos demais por representarem uma experiência vivida e, por isso, são guardados e incorporados à vida do possuidor como um ícone através do qual a memória acessa aquele fato marcante. Violette Morin (apud BOSI, 2004, p. 441) os denominou de objetos biográficos por guardarem as lembranças da vida do possuidor, por lhes serem caros ao ponto de envelhecerem ao lado dele, dando-lhe a sensação de continuidade.

Podemos transpor a relação entre objetos biográficos e seus possuidores ao patrimônio edificado. As construções nos contam uma parte importante das relações entre cidades e seus habitantes. A maneira de arranjá-las no espaço, os materiais e as técnicas empregadas na sua edificação ou mesmo os padrões estéticos utilizados para lhes dar forma e cor são elementos que corroboram para ativação da memória dos indivíduos que se relacionam naquele espaço.

Percebe-se que a adaptação humana a determinado lugar é favorecida pela permanência da paisagem e pela imobilidade das pessoas. Segundo Halbwachs (2006), essa apropriação do lugar acontece quando os pensamentos e os movimentos dos indivíduos se vinculam às imagens exteriores, ou seja, quando há a sedimentação dos hábitos dos indivíduos à materialidade que os cerca.

Portanto, as edificações participam da formação da identidade dos indivíduos no momento em que a memória é acionada – seja para garantir orientação espacial, fazer referência a outros lugares visitados ou simplesmente para reavivar lembranças de fatos pessoais ou provenientes da história pública que ocorreram naquele espaço, garantindo a sensação de pertencimento a uma cultura e a um tempo histórico. E, do mesmo modo como ocorre aos objetos, cujas formas perdem as arestas e se abrandam, moldando-se e ganhando expressividade através do manusear constante (BOSI, 2004), as edificações tornam-se mais significativas para os indivíduos na medida em que são incorporadas ao cotidiano.

As edificações que resistiram à passagem do tempo, ainda que tenham suas funções e formas originais alteradas, permitem à contemporaneidade constatar a permanência de alguns valores não só formais, embora a referência seja material, mas também ligados às práticas sociais dos envolvidos na sua produção e manutenção na cidade. Essas edificações tornam-se testemunhos da permanência desses valores na história.

Entretanto, a construção da identidade dos indivíduos não deve ser associada a simples repetição ou manutenção de tradições, pois quando valores e conhecimentos transmitidos são reelaborados no presente se deparam com mudanças, diferenças e transformações que contribuem para a afirmação não só da identidade dos indivíduos, como do próprio tempo (GUARINELLO, 1995).

A condição humana também está representada no espaço habitado, na cidade enquanto história materializada, já que, como declarou Mumford (1938), a cidade é o instrumento material de vida coletiva onde estão solidificados os conflitos e os consensos, ou seja, o pensamento toma forma na cidade, se materializa nas construções e numa infinidade de outras produções humanas. Ao mesmo tempo em que o pensamento é aplicado produzindo formas na cidade, essas formas igualmente condicionarão o pensamento. Delimitando espaços, criando recintos, propondo fluxos, planos, composições, as formas arquitetônicas e urbanas possibilitam a ação da razão na cidade, muito embora, destituída de sentido e de contexto, a forma pela forma perde tal capacidade de fixar as pessoas no espaço e no tempo (HALBWACHS, 2006; MUMFORD, 1938; ROSSI, 2001).

As impressões que temos dos lugares a partir de suas formas são possibilitadas pela memória das experiências vividas naquele determinado espaço ou em outros espaços semelhantes aos quais também nos relacionamos de maneira afetiva. É justamente essa vinculação entre forma e memória que garante aos indivíduos a capacidade de caracterizar e atribuir qualidade ao espaço construído, ou seja, possibilita aos humanos conferir identidades aos lugares.

As construções, assim como a materialidade da qual a cidade é constituída, são, em grande parte, produtos do trabalho humano – coisa humana por excelência, que se destinam a executar funções, mesmo que contemplativas. De acordo com as necessidades dos indivíduos, a paisagem vai se adaptando e formas arquitetônicas são constituídas como respostas às aspirações estéticas e funcionais de cada sociedade. Vinculado à forma está o tipo que se apresenta como uma constante na arquitetura.

A respeito da origem dos tipos, os autores Aldo Rossi (2001) e Giulio Carlo Argan (2001) apresentam argumentações que podem, inicialmente, parecer antagônicas. Para Rossi, o tipo aparece como um ideal que precede e constitui o objeto arquitetônico, respondendo a necessidades formais e funcionais de uma sociedade em determinado momento histórico sendo, por conseguinte, um elemento cultural. O tipo é visto pelo autor como “a própria ideia da arquitetura, aquilo que está mais próximo da sua essência” (ROSSI, 2001, p. 27).

Argan argumenta que o tipo não é formulado a priori, mas sim deduzido de uma série de exemplares já existentes, ou seja, o tipo está submetido à existência prévia de uma série de edifícios que apresentam semelhança formal e funcional entre si. Contudo, a aparente contradição entre os posicionamentos dos autores acontece porque, na verdade, Argan se refere no texto

ao tipo enquanto conceito teórico-arquitetônico, em outros termos: o tipo só se fixa enquanto conceito quando deduzido de uma série de edifícios existentes, porém Argan salienta que ele já existe anteriormente enquanto ideia, "numa determinada condição histórica da cultura, como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas" (ARGAN, 2001, p. 10).

Podemos entender o tipo, a partir dos dois autores supracitados, como um esquema espacial envolvido em uma aura cultural e ambiental, por isso, não obstante sua determinação prévia de características de necessidade, a forma é também influenciada pela técnica, função e momento histórico. Percebe-se, então, a vagueza que o conceito de tipo pode sugerir. Quatremère de Quincy (1832), citado pelos dois autores, ao discorrer sobre as mudanças formais que os objetos sofrem ao longo dos anos salienta a existência anterior fundamental de um princípio elementar do sentimento e da razão que, embora despedido de suas características de forma, é conservado nas modificações do objeto.

Sob esse ponto de vista, nenhum tipo se identifica com uma forma, ainda que todas as formas sejam redutíveis a tipos, e esse processo é, para Rossi, o postulado fundamental para o estudo da forma sem o qual seria impossível problematizá-la, uma vez que é uma ação lógica do pensamento. Ainda segundo o autor, a tipologia é o modelo analítico da arquitetura capaz de estudar os tipos arquitetônicos na complexidade do tema.

Ao pensarmos o tipo dentro desse processo de redução, não devemos entendê-lo como uma síntese estrutural determinante, mas como um princípio ou um esquema que possibilita infinitas variações formais. Argan (2001) acrescenta a isso a ideia de que os tipos podem sofrer mutações quando uma nova variante formal, solicitada para responder às exigências do seu momento histórico, for acrescentada à série formal anterior da qual o tipo havia sido deduzido, ou seja, a liberdade inventiva possibilitada pelo tipo promove modificações posteriores na sua própria estrutura.

Assim, a inventividade está subordinada a responder às necessidades do momento histórico da criação, superando as soluções sedimentadas transmitidas pelos tipos. Conclui-se, a partir dos dois autores, que a história exerce papel fundamental nos processos de criação e transformação do objeto arquitetônico e, por conseguinte, na construção de identidades urbanas.

Não obstante, a influência da história nas mutações sofridas pelos tipos e a permanência material das séries tipológicas na cidade é possível através de processos onde a memória é protagonista. Nas seleções, intencionais ou não, entre o preservar e o demolir, a memória é utilizada ideologicamente a fim de garantir a preservação de símbolos de necessidades ou aspirações de alguns grupos em determinado momento histórico.

3 Memória e Poder

A memória coletiva pode ser vista como construção simbólica, na medida em que pode ser interpretada a partir de fatos representativos de grupos sociais que funcionam como seu suporte. Entretanto, para manter-se, precisa ser constantemente reanimada e, por isso, estruturas que promovam a vivência dessa memória são imprescindíveis para sua manutenção. Neste sentido, as edificações tornam-se elementos simbólicos e sua preservação na cidade pode, enquanto representação da sociedade, estar vinculada a processos de inclusão ou exclusão social.

Várias memórias coletivas podem coexistir, mas a somatória delas não resulta na memória nacional⁵, que é da ordem da ideologia e que procura integrar e unificar os indivíduos através da escamoteação de conflitos (MENEZES, 1992). O Estado e grupos dominantes, muitas vezes, utilizam, ideologicamente, de memórias que lhe sejam favoráveis para a construção de uma memória dita nacional, suprimindo outras memórias coletivas.

Contudo, há no interior dessas reflexões duas características da memória que são imprescindíveis para a sua compreensão enquanto instrumento de poder, a saber: I) ela é seletiva e, por conseguinte, II) a memória é um fenômeno construído. O caráter seletivo da memória é certamente indispensável para a vida humana, já que seria impossível para qualquer indivíduo guardar todos os acontecimentos que lhe passassem durante a vida, do mesmo modo como teríamos o colapso de uma cidade que mantivesse todas as suas edificações desde sua origem. O esquecimento, nesse sentido, é essencial para a vida tanto dos humanos quanto da cidade.⁶ Em decorrência da seletividade, alguns fatos são registrados e outros são esquecidos, ou seja, o que será preservado na memória dos indivíduos é escolhido em função de interesses pessoais ou políticos pertinentes a determinado momento e, nesse sentido, a memória pode se tornar um instrumento de dominação, assim como o esquecimento (LE GOFF, 2003; POLLAK, 1989; POLLAK, 1992; SANTOS, 2003).

No âmbito da cidade, a preservação de obras de arquitetura ao longo do tempo serve como testemunho do poder. Inclusive construções antigas que só permanecem na cidade por se localizarem em áreas esquecidas, também representam o poder de alguns grupos, que são fortalecidos na medida em que a condição de abandono e precariedade demonstra qual imagem deve ser abandonada. Áreas se transformam, ainda que involuntariamente, em documentos no sentido atribuído por Le Goff (2003), ou seja, documento enquanto monumento é fruto de imposições de sociedades históricas para criar uma determinada imagem de si.

A abordagem histórica, na medida em que desvela os discursos por trás da manutenção de áreas abandonadas, corrobora para a compreensão das suas condições de produção e permanência. A história torna-se a chave de acesso à memória coletiva e, sem ela, a capacidade de esquecimento e de lembrança ficaria à mercê das relações de poder.

Evidencia-se a distinção entre memória coletiva e história. Halbwachs (2006) alegava que apesar de ambas trabalharem com o passado o que as distinguia era a forma de abordagem. Para ele, a História analisava os grupos de fora, numa posição acima deles, enquanto a memória coletiva estava inserida na consciência coletiva desses grupos. Para o autor, a História lidava arbitrariamente com o passado através de compilações de fatos maiores, que muitas vezes estavam distantes demais dos indivíduos, apresentando pouquíssimos pontos de contato com suas histórias pessoais e, por isso, a História não poderia ser

confundida com a memória coletiva. Igualmente, o autor considerava inadequada a expressão "memória histórica" uma vez que associa dois termos opostos radicalmente.

Posteriormente aos escritos de Halbwachs⁷, com o alargamento da noção de documento e o advento da revolução documental, os interesses da História são ampliados e ela deixa de tratar exclusivamente dos grandes feitos para ocupar-se de todos os homens, as "massas dormentes", como denominou Le Goff (2003). Nesse contexto, Foucault elabora sua argumentação a respeito do papel da História na abordagem dos documentos, deixando clara a distinção entre memória e história.

Entende a memória como objeto da História, como a construção social de um quadro simbólico que ajuda a compor e a reforçar a identidade individual ou coletiva. A memória é, portanto, uma operação ideológica de representação de si que guia a atuação dos indivíduos nas relações sociais e, por isso, deve ser analisada no domínio das representações sociais. A História é operação cognitiva, procedimento intelectual e científico de questionamento dos documentos e é justamente essa ação crítica, investigativa e metodológica que transforma os documentos em monumentos (FOUCAULT, 2000).

Enquanto Halbwachs percebia que a memória, através de um mosaico de preleções distantes dos grandes feitos, organizava a sociedade, Foucault procurava apontar as estratégias de poder que compunham esses discursos, atribuindo-lhes um sentido disciplinador e excludente. Apoiado no conceito nietzscheano de *Wirkliche Histoire*⁸ ou História Efetiva, Foucault define o papel da História justamente como o de investigar e analisar esse mecanismo.

A história "efetiva" faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada (FOUCAULT, 1998, p. 28).

Foucault também afirmava que a história é sempre um saber perspectivo, já que os historiadores analisam os fatos a partir de determinado ponto de vista, por mais que não queiram revelar o momento e o lugar de onde olham. Segundo ele, o sentido histórico, para Nietzsche, tem consciência da injustiça desse processo e "é um olhar que sabe tanto de onde olha quanto o que olha" (FOUCAULT, 1998, p. 30). Igualmente, aproxima-se a este pensamento o conceito de "trabalho de enquadramento da memória", proposto por Pollak (1992), que o define como um trabalho parcialmente exercido pelos historiadores com o intuito de enquadrar a memória aos interesses de determinados grupos, quando envolvidos em disputas pelo poder. Cabe aqui a ressalva de Meneses (1998) quando afirma que o artefato não mente, pois sua integridade física obedece a verdade objetiva; "os discursos sobre o artefato é que podem ser falsos" (MENESES, 1998, p. 04).

A história das cidades também pode ser montada ou enquadrada a partir de imagens que grupos dominantes pretendem transparecer para garantir seus interesses econômicos. Discursos ideológicos de poder podem ser identificados facilmente nas cidades ao longo de sua trajetória como, por exemplo, implantados através de medidas urbanísticas que valorizam determinadas áreas dentro da cidade, ou através da seleção de áreas e obras arquitetônicas pelo Estado, e pela "preservação" ou permanência de edificações e áreas em decorrência do abandono e desinteresse econômico, entre outros.

A discussão sobre a seletividade entre o preservar e o demolir na ação dos órgãos públicos responsáveis parece, em muitos casos, querer ser tomada como neutra em relação ao papel político exercido pela memória. Em outros tantos, essa ideia de neutralidade é repassada a própria memória resgatada, tomada como universal, de modo a mascarar os interesses que norteiam a atuação do Estado ao consagrar um lugar em detrimento de outros.

Entretanto, vale ressaltar que ao contrário dos discursos sobre o engessamento das cidades através da preservação, a produção do novo é fundamental não só para a dinâmica urbana como também para a própria reelaboração da memória nos espaços de permanência, desde que essa substituição seja socialmente responsável. Meneses (1992) propõe duas condições para essa ação:

A primeira é a verificação do esgotamento do potencial funcional do bem em causa, a impossibilidade não só de maximizá-lo (o que, com as tecnologias modernas, torna-se mais e mais factível), mas também de reciclá-lo ou simplesmente mantê-lo. A seguir, deve-se responder satisfatoriamente a duas perguntas seminais: a quem interessa o novo? Quem responde pelo ônus? Esta postura não comporta, pois, rigidez ou imobilismo; pelo contrário, está aberta ao poder de fecundação, criação, ampliação do novo, não a suas forças de degradação (MENESES, 1992, p. 9).

4 Considerações finais

O estudo das permanências no âmbito da cidade permeia, necessariamente, a compreensão dos processos que as envolveu na sua formação e manutenção. Vimos que determinadas áreas são mantidas na cidade simplesmente por não serem, ainda, alvos do mercado e que sua posição de abandono revela e reafirma a dominação de alguns grupos.

A eleição das áreas que devem ou não permanecer na cidade ficam subordinadas ao interesse de alguns grupos sociais que, através de discursos ideológicos, garantem a manutenção de determinadas memórias quer por interesses econômicos, quer por estratégias de controle social. Segundo Pollak (1989), a disputa pela preservação e, portanto, a construção da memória, está muito mais ligada a problemas entre grupos minoritários e sociedade englobante do que à oposição entre sociedade e um Estado dominador.

Referências

- ARENDET, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ARGAN, G. C. **Projeto e destino**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Edições Graal, 1998.
- GUARINELLO, N. L. **Memória coletiva e história científica**. Revista Brasileira de História, n. 28, p. 180-193, 1995.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp / Centro de Memória, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957.
- MENESES, U. T. B. **Memória e cultura material**: documentos pessoais no espaço público. Revista Estudos Históricos, n. 21, 1998.
- MENESES, U. T. B. **A história, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, p. 09-23, 1992.
- MENESES, U. T. B. **O patrimônio cultural entre o público e o privado**. In Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.
- MENESES, U. T. B. **Patrimônio ambiental urbano**: do lugar comum ao lugar de todos. Revista C J Arquitetura, Rio de Janeiro, n. 19, p. 45-46, 1978.
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, n. 3, p. 03-15, 1989.
- POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, p. 01-15, 1992.
- MUMFORD, L. **The culture of cities**. Nova Iorque: Hartcourt Brace, 1938.
- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, M. S. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Ed. Annablume, 2003.

1 Segundo Barros (1989), Halbwachs era adepto do pensamento da escola sociológica francesa – durkheimiana, que via o ser humano como produto do meio social. Por isso, foi um dos primeiros autores a inserir a presença do social nas discussões sobre memória, que então era tratada a partir de visões introspectivas.

2 O roteiro do filme foi escrito por Hampton Fancher e David Peoples, baseado na novela *Do Androids Dream of Electric Sheep?*, ficção científica de Philip K. Dick escrita em 1968.

3 Filme de 2001, com direção e roteiro de Christopher Nolan.

4 Alusão ao pensamento de Bosi (1994) que associa memória a trabalho justamente pela necessidade de reconstruir, repensar, refazer o passado com os referenciais do presente.

5 POLLAK (1989) afirma que, para a tradição europeia do século XIX, a memória nacional era a forma mais completa de uma memória coletiva e esse pensamento, segundo o autor, está refletido no trabalho de Halbwachs, principalmente quando ele insinua um processo de negociação entre as memórias coletivas e individuais, segundo o qual indivíduos deveriam ceder em favor da adequação a uma base única.

6 Segundo SANTOS (2003), essa questão remete às reflexões de Nietzsche a respeito do eterno retorno que, para ele, seria a maior dificuldade a ser enfrentada pelos humanos, já que a vida é absolutamente impossível sem o esquecimento – não no sentido de perda de memória, considerada irremediável, mas enquanto pré-requisito para a existência. Contraindo a teoria de Milan Kundera, em *A Insustentável Leveza do Ser*, para quem a vida humana se tornaria insuportável livre do peso do passado, Nietzsche defende que sem a lembrança os seres humanos seriam felizes.

7 Suas publicações são do início do século XX, sendo *A memória Coletiva*, de 1950, publicação póstuma. Maurice Halbwachs, socialista, foi preso pela Gestapo após a ocupação nazista de Paris e foi deportado para o campo de concentração de Buchenwald e, em 1945, executado.

8 Segundo FOUCAULT (1998), Nietzsche opõe ao conceito de História como pesquisa de *Ursprung* (origem) o de *Wirkliche Histoire* como pesquisa de *Herkunft* (proveniência) e de *Entstehung* (emergência). Como crítica ao modelo tradicional da História que procurava o início das coisas em estado de perfeição (*Ursprung/origem*), Nietzsche propôs um modelo de estudo que tomava a dinâmica ou as forças propulsoras da origem (*Herkunft/proveniência*) e quando e de que modo elas vêm à tona (*Entstehung/emergência*). Desta forma, a "genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipada de um sentido, mas o jogo casual das dominações" (FOUCAULT, 1998, p. 23).